

## AGRONOMIA, AGRÔNOMOS E PROJETOS PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA NO PÓS-1930

Sonia Regina de Mendonça

(Programa de Pós-Graduação em História – UFF)

Fundada em 1927 por iniciativa de um grupo de professores da Escola Nacional de Agronomia (ENA) que eram, simultaneamente, altos funcionários do Ministério da Agricultura e/ou dirigentes da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) <sup>1</sup>, a **Sociedade Brasileira de Agronomia** (SBA) afirmou-se como órgão central de organização, mobilização e coordenação de todas as entidades da categoria espalhadas pelo país. Seus *Estatutos*, aprovados em 1928, previam que ela “...promoverá a criação de associações de lavradores para a racionalização de métodos culturais, pondo-se assim em contato direto com os agricultores, de sorte que a **ação profissional da agronomia sempre se exerça em harmonia com o trabalho de nosso lavrador, do qual não poderá viver divorciada**” <sup>2</sup>

Logo, mesmo antes do movimento de 1930 e da emergência do sindicalismo único, verticalizado e atrelado ao Estado, a SBA colocava-se não apenas como representante legítima do conjunto dos agrônomos no país, mas matriz do novo tipo de técnicos aos quais atribuía-se a função de assessorar os produtores rurais brasileiros, papel este obtido não sem acirradas disputas com entidades congêneres, sobretudo o Sindicato Agrônomo do Estado de São Paulo - posteriormente transformado na Sociedade Paulista de Agronomia. Tal disputa verificava-se na medida em que o sindicato paulista buscou esquivar-se da subordinação estatutária e legalmente prevista à Sociedade Brasileira de Agronomia, órgão oficial máximo de representação nacional da categoria. Ademais, a entidade regional também media forças com a SBA pela imposição de um “projeto nacional” que desse conta das demandas dos agrônomos como um todo.

A rigor, reeditava-se a permanente rivalidade que marcou as relações entre as

---

<sup>1</sup> Dentre os primeiros destacaram-se Arthur Torres Filho; Thomaz Coelho e Antônio Magarinos Torres, enquanto entre os segundos pode-se citar o próprio Torres Filho (seu presidente), Carlos Duarte ou Luiz Mendes, dentre outros. Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia e Poder no Brasil (1930-1961)*. Relatório Final de Pesquisa ao CNPq. Niterói, 1999-a, mimeo, p.156.

<sup>2</sup> SBA, *Estatutos*, 1928, p. 6. Grifos SRM.

duas mais expressivas escolas de agronomia do país desde inícios do século XX, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (de Piracicaba) e a Escola Nacional de Agronomia, do Rio de Janeiro, a qual, por seu turno, era informada pela disputa entre duas entidades da classe dominante agrária - a Sociedade Nacional de Agricultura (sediada no Rio de Janeiro) e a paulista Sociedade Rural Brasileira - pela difusão de projetos diferenciados para a agricultura brasileira, desde inícios do século XX.<sup>3</sup> Um dos elementos desta divergência consistia, justamente, na definição do tipo de profissional – agrônomo – tido como adequado para atuar junto à solução da dita “crise agrícola” do país.

Da ótica veiculada pela diretoria da SRB seria necessário um profissional com formação estritamente técnica, socializado junto a laboratórios e maquinaria especializados, capaz de agilizar a mecanização da agricultura - paulista e brasileira – premissas que informavam a estrutura curricular e a definição do perfil social do alunato da Escola de Piracicaba.

Já na visão dos dirigentes da Sociedade Nacional de Agricultura que, desde a década de 1910, ocupavam o primeiro escalão do Ministério da Agricultura – órgão ao qual estava subordinada a Escola de Agronomia sediada no Rio de Janeiro – o agrônomo tido como adequado à solução da “crise” agrícola nacional, portadora de contornos diversos daqueles enunciados pela entidade paulista, deveria ser capaz de dominar o “saber fazer” das atividades rurais, formado não apenas por intermédio de disciplinas técnicas sofisticadas, mas também por aquelas mais humanistas, em particular a de Economia Rural. Esta seria a principal distinção que informava estruturas curriculares distintas entre a Escola federal e a escola estadual. Não por acaso, a extração social do alunato da ESAMV (futura ENA) também seria bem diversa daquela que marcava o corpo discente da instituição paulista, constituída, em sua maioria, por filhos de funcionários públicos, militares e profissionais liberais

Vale ressaltar que esta disparidade se manteria junto a cada uma das Escolas

---

<sup>3</sup> Tal disputa verificava-se na medida em que o sindicato paulista buscava esquivar-se da subordinação legalmente prevista à Sociedade Brasileira de Agronomia, órgão oficial máximo de representação da categoria. Ademais, também media forças com ela pela condução nacional das demandas dos agrônomos como um todo. A rigor, reeditava-se a permanente rivalidade que marcou o confronto entre escolas de agronomia – a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba e a Escola Nacional de Agronomia, do Rio de Janeiro - e mesmo entre entidades da classe dominante agrária do Rio e de São Paulo – no caso, a Sociedade Nacional de Agricultura e a paulista Sociedade Rural Brasileira. Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia e Poder no Brasil*, RJ, Vício de Leitura, 1999 – b.

focalizadas em todo o período compreendido entre o golpe de 1930 e a divulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1961, preservando-se, pois, a “dualidade” de diretrizes junto à formação agrônômica no país e, conseqüentemente, dos tipos de técnicos para a agricultura existentes no período (EU ). A principal razão desta dualidade residiu na manutenção das exigências burocrático-legais que regiam o registro dos diplomas desses diferentes agrônomos. Enquanto o Ministério da Agricultura deteve o monopólio do reconhecimento oficial destes títulos – somente extinto pela LDB de 1961 – prevaleceram as exigências curriculares derivadas da Escola Nacional de Agronomia definida em 1934 como “escola-padrão” nacional.

Mediante tal expediente, eminentemente político, os setores aparelhados junto ao Ministério da Agricultura conseguiam fazer com que os profissionais egressos das escolas dotadas de uma grade curricular diversa daquela em vigor na Escola Nacional de Agronomia, não conseguissem reconhecer e registrar seus diplomas, ficando incapacitados para o exercício de suas funções junto a repartições públicas federais. A Escola de Piracicaba, por exemplo, recusou-se, durante muito tempo, a reconhecer legalmente a ENA como escola-padrão, habilitando, por isso mesmo, agrônomos cuja inserção profissional se daria, via de regra, em âmbito estritamente regional e, sobretudo, privado. Somente a partir da nomeação do paulista Fernando Costa, o primeiro ministro diplomado em Agronomia do país, para a Pasta da Agricultura - haja vista a necessidade de recomposição das alianças políticas do Executivo federal com os paulistas após o Movimento de 1932 (Eu, p.) – foi superado este impasse.

Para seu papel dirigente junto aos agrônomos nacionalmente, a SBA lançou mão, dentre outras, da estratégia de criar “delegados regionais” da entidade, dotados de atribuições bem precisas e sempre remetidas à entidade-mãe <sup>4</sup>, tais como promover campanhas pela ampliação do quadro de sócios; cobrar anuidade de todos os associados – a ser parcialmente remetida para a sede – ou mesmo reafirmar o reconhecimento da agremiação como “*a única entidade agrônômica de classe de âmbito nacional*” <sup>5</sup>.

Suplantada a fase inicial de disputas pela hegemonia junto à categoria profissional em seu conjunto, a SBA continuou exercendo em âmbito nacional seu papel

---

<sup>4</sup> SBA. *Estatutos*. RJ, 1939, pp. 64-5

<sup>5</sup> Além dessas atribuições também cabia aos delegados regionais fiscalizar o cumprimento, na zona de jurisdição de cada agremiação regional, dos Estatutos da SBA. “Normas Elucidativas das Relações dos Srs. Delegados com a SBA”. *Revista da SBA (RSBA)*, abr., 1939, pp. 240-1.

normatizador e fiscalizador das irregularidades praticadas contra os agrônomos, consolidando seu papel dirigente por volta de 1940, quando patrocinou a realização da 1ª Semana Agrônômica na Capital Federal. A *Semana Agrônômica* realizar-se-ia anualmente, com o fito de “*discutir o papel dos agrônomos e da Agronomia na solução dos problemas agrícolas que a SBA considera os principais da nacionalidade*”<sup>6</sup>. A este primeiro evento compareceram representantes das entidades profissionais do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, R.G Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Espírito Santo, Rio e Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, R. G do Sul, Minas, Mato Grosso e Goiás<sup>7</sup>

Dentre as diretrizes norteadoras das práticas a serem perpetradas pela Sociedade, definidas em seu *Estatuto* de 1930, figuravam o combate ao urbanismo (art. 4º); a propaganda do espírito de associação junto aos agricultores (um significante de, sobretudo, proprietários de terras), bem como a difusão da “*harmonia entre o profissional de agronomia e o agricultor brasileiro*” (Art. 8º). Em verdade, a harmonia e colaboração preconizadas davam suporte ao projeto identitário deste técnico que se afirmava, lentamente, como intelectual orgânico da burguesia agrária brasileira<sup>8</sup>, ao mesmo tempo em que se afirmava a SBA como porta-voz legítima deste profissional, quer pela dimensão efetivamente nacional das bases por ela congregadas, quer por sua atuação, de fato dirigente, junto ao conjunto da categoria, tendo por reverso um considerável poder de pressão política junto aos núcleos decisórios do aparelho de Estado em matéria de Agricultura.

Em editorial do primeiro número da *Revista da Sociedade Brasileira de Agronomia* (RSBA), aliás um robusto volume único, com mais de 500 páginas, seu presidente, Arthur Torres Filho – simultaneamente professor da Escola Nacional de Agronomia (ENA) e presidente da Sociedade Nacional de Agricultura desde a década de 1920 – afirmaria que

“*Será sob a égide da solidariedade espiritual que a classe agrônômica se propõe a trazer seu concurso a uma obra patriótica dessa natureza, fundamentada no exato conhecimento do ‘meio brasileiro’. Um amplo critério de amparo, defesa, conagraçamento e prestígio de classe, de imparcialidade tranqüila e de são patriotismo*”

---

<sup>6</sup> SBA, *Estatutos*. 1930, p. 2.

<sup>7</sup> RSBA, no. 2, jun., 1940, p. 200

<sup>8</sup> Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro*. SP, Hucitec, 1997, especialmente capítulo 2.

*dominará, pois, sempre, a presente publicação, com o senso da ponderação e das responsabilidades que cabem à classe agrônômica brasileira” (Revista da Sociedade Brasileira de Agronomia. RJ, 1, maio, 1930, p. II. Grifos SRM).*

A dinâmica de funcionamento da Sociedade, suas principais bandeiras de luta, bem como modalidades de interrelação com as entidades congêneres e com agências da sociedade política, podem ser apreendidos da leitura desta que se constituiu na principal fonte produzida pela agremiação, a *Revista da Sociedade Brasileira de Agronomia*, publicada desde 1930 e mantida, ainda que irregularmente, até 1961. Dois recortes nos permitem vislumbrar o peso político desempenhado pela SBA entre as décadas de 30 e 60: a análise da incidência dos **temas** priorizados pela publicação e as **práticas** levadas a cabo pela Sociedade no período em foco.

Quanto ao primeiro ponto, vale mencionar que os 720 artigos publicados pela *Revista* entre 1930 e 1960 – descontando-se o período 1949–1954 quando sua impressão foi suspensa por falta de recursos – podem ser agrupados em torno a três temáticas bastante precisas: a defesa sanitária vegetal (70 artigos); a propaganda da utilização de fertilizantes e inseticidas (40 matérias) e a questão do incentivo à produção de novos tipos de fibras (40 artigos). Esta distribuição temática corrobora a sintonia existente entre a SBA e o Ministério da Agricultura cujas políticas agrícolas destinavam-se, justamente, a diversificar a produção nacional mediante o fomento à produção de novos itens exportáveis de significativo valor comercial internacional, tais como fibras, oleaginosos e matérias-primas para indústrias de tintas e corantes<sup>9</sup>.

Dentro desta temática preponderam os mais variados estudos acerca das pragas que assolavam os diversos tipos de culturas no país, correspondendo a quase 10% do total de artigos publicados. Estes voltavam-se, em sua maioria, para a vulgarização das principais experiências de pesquisa junto ao tema, fossem elas desenvolvidas pelo Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrícolas (CNEPA) do Ministério da Agricultura, fossem patrocinadas por entidades internacionais, procurando manter os associados permanentemente atualizados quanto ao que ocorria nas mais distintas regiões do país e no mundo. Não por acaso, aliás, temáticas outras como a aplicação de tecnologia de ponta na produção de oleaginosos ou ainda a fruticultura, igualmente se

---

<sup>9</sup> A este respeito, ver MENDONÇA, Sonia Regina de. “Estado, Agricultura e Sociedade no Brasil da primeira metade do século XX”. In: BLACHA, Noemi & VALENCIA, Marta (orgs.). *Agro, Tierra y Política*. La Plata, Editorial de UNLP, 1998, pp. 131-163, p.98.

destacaram na *Revista*, com percentuais de cerca de 4,2% cada um, do total das matérias publicadas.

Dessa feita, o periódico da SBA decalca, de modo razoavelmente fiel, tanto o perfil de seus quadros dirigentes - em boa parte oriundos e/ou vinculados à Escola Nacional de Agronomia (ENA) e à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) -, quanto sua estreita proximidade política do órgão máximo do Estado brasileiro em matéria de gestão pública da agricultura, o então chamado “Ministério da Produção”.

Outra peculiaridade a ser ressaltada da *Revista* da SBA era o caráter plural da publicação, que abrigava contribuições de agrônomos das mais diversas procedências regionais e/ou escolares, no que se distinguia bastante, por exemplo, do periódico produzido pela entidade concorrente, a Sociedade Paulista de Agronomia (SPA), acentuadamente "paulistocêntrico" quanto a seus articulistas, como será visto adiante. Na *Revista* inseriam-se artigos de profissionais mineiros, gaúchos ou pernambucanos, destinados a informar e difundir por todo o país as problemáticas/soluções específicas a certas regiões ou ramos de atividade.

Esta “diversidade”, a propósito, ilustra o típico papel de dirigente, na acepção gramsciana do termo, exercido pela SBA junto à categoria dos agrônomos promovendo, sobretudo, sua integração simbólica e política, ainda que boa parte das matérias científicas publicadas fosse da autoria de diretores da entidade, quase todos eles, aliás, funcionários de primeiro escalão do Ministério da Agricultura ou diretores da Escola Nacional de Agronomia.<sup>10</sup> como pode depreender-se do Quadro I, a seguir.

---

<sup>10</sup> A Escola Nacional de Agronomia, ex-Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Ministério da Agricultura promovia a formação de agrônomos com estrutura curricular mais humanista, a partir de um público-alvo integrado, em sua maioria, por elementos de setores médios urbanos vindos de todo país. Ela se contrapôs à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), destinada a diplomar filhos dos grandes proprietários paulistas, mediante um currículo extremamente técnico, de acordo com os padrões mais dinâmicos da agricultura regional.

**QUADRO I**  
**SOCIEDADE BRASILEIRA DE AGRONOMIA: DIRETORIAS**  
**(1928 – 1961)**

<b>ANOS</b>	<b>CARGOS</b>	<b>OCUPANTES</b>
1928-30	Presidente 1º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro Conselho Fiscal	José Geminiano Guimarães (1) Arthur Torres Filho (1) (2) (3) José Fonseca Ferreira Fábio Luz Filho (2) (3) Irineu Felix Pedroso Francisco Iglésias (2) (3), José Eurico Dias Martins (2) (3); Joaquim Bertino Moraes de Carvalho (2) (3).
1930-32	Presidente 1º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro Conselho Fiscal	Arthur Torres Filho (1) (2) (3) João Saturnino de Brito Fábio Luz Filho Elydio Velasco (1) Irineu Felix Pedroso
1935-36	Não há dados disponíveis	Não há dados disponíveis
1937-38	Presidente 1º Vice 2º Vice 3º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro Conselho Fiscal	João Vieira de Oliveira (2) (3) Eliezer R. Moreira Joaquim Bertino M. Carvalho (1) (2) (3) Eugênio Buck (2) (3) Ulysses Cavalcanti Mello (1) (3) Romolo Cavina (1) (2) (3) João Baptista Corte (1) Irineu Pedroso; Victor Malmann (1) (3); Alberto Wucherer (1)
1939-40	Presidente 1º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro Conselho Fiscal	Waldemar Raythe Queiroz (1) (2) (3) Mário Telles da Silva (1) Jayme G. Fernandes (1) (2) Ulysses Cavalcanti de Mello (2) (3) Raphael Pessoa Sobral Verlande D. Silveira (1) (3) Arthur Ayres de Hollanda (2) (3); Euclides Bentes; Luiz Montera.
1941-42	Presidente 1º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro Conselho Fiscal	Waldemar Raythe Queiroz (1) (2) (3) Heitor Grillo (1) (2) (3) Alberto Wucherer (1) Ulysses Cavalcanti de Mello (2) (3) Nelson Barcellos Maia Alfredo Nascimento Filho (1) Luiz Guimarães Jr; Mário Telles da Silva (1); Jefferson Firth Rangel (1) (2) (3)
1943-44	Presidente 1º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro Conselho Fiscal	Francisco de Paula Machado (2) (3) Waldemar Raythe Queiroz e Silva (1) (2) (3) Ulysses Cavalcanti de Mello (2) (3) Mário Vilhena (2) João Baptista Cortes Nelson Barcellos Maia Alberto Wucherer (1); Elydio Velasco (1) (2) (3); Djalma Guilherme de Almeida (1) (2) (3)
1945-46	Presidente 1º Vice 1º Secretário	Francisco de Paula Machado (2) (3) Mário de Oliveira (3) Ulysses Cavalcanti de Mello (2) (3)

	2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro Conselho Fiscal	Jefferson Firth Rangel (1) (2) (3) Nelson Barcellos Maia Elydio Velasco (1) Djalma Guilherme de Almeida(1) (2) (3); Waldemar Raythe Queiroz e Silva (1) (2) (3); Raul Dodsworth Machado (2) (3)
1947-48	Presidente 1º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro Conselho Fiscal	Francisco de Paula Machado (2) (3) Waldemar Raythe Queiroz e Silva (1) (2) (3) Ulysses Cavalcanti de Mello (2) (3) Mário Vilhena (2) Jalmirez Guimarães (1) (2) (3) Verlande D. Silveira (1) (2) (3); Mário Telles da Silva (1); Nelson Barcellos Maia
1949-50	Presidente 1º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro Conselho Fiscal	Francisco de Paula Machado (2) (3) Waldemar Raythe Queiroz e Silva (1) (2) (3) Ulysses Cavalcanti de Mello (2) (3) Mário Vilhena (2) Jalmirez Guimarães (1) (2) (3) Verlande D. Silveira (1) (2) (3); Mário Telles da Silva (1); Nelson Barcellos Maia
1951-52	NÃO HÁ DADOS DISPONÍVEIS	NÃO HÁ DADOS DISPONÍVEIS
1953-54	NÃO HÁ DADOS DISPONÍVEIS	NÃO HÁ DADOS DISPONÍVEIS
1955-56	Presidente 1º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro Conselho Fiscal	Antônio Magarinos Torres (2) (3) Nestor Barcellos Fagundes (3) Leonan Azeredo Penna Ilo Soares Nogueira João Baptista Cortes Edgard Andrade Leite (2) (3) Ulysses C. Mello (2) (3); Horácio Peres Mattos; Josué Faria Pimentel (2) (3)
1957-58	Presidente 1º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro Conselho Fiscal	Bemvindo Novaes (1) (2) (3) Romolo Cavina (1) (2) (3) Euclides Martins (1) Hugo Mesquita Vasconcellos João Baptista Cortes Josué Pacheco Pimentel (2) (3) João Vieira Oliveira (2) (3); Edgard Andrade Leite (2) (3); Ilo Soares Nogueira.
1959-60	Presidente 1º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro Conselho Fiscal	Bemvindo Novaes (1) (2) (3) Romolo Cavina (1) (2) (3) Euclides Martins (1) Hugo Mesquita Vasconcellos João Baptista Cortes Josué Pacheco Pimentel (2) (3) João Vieira Oliveira (2) (3); Edgard Andrade Leite (2) (3); Ilo soares Nogueira.

**FONTES:** *Boletim da Sociedade Brasileira de Agronomia* (1930-61); e *Revista da Sociedade Brasileira de Agronomia* (1930-61); *ENA Catálogo de Diplomados*. RJ, 2ª ed., 1960.

**LEGENDA:** (1) Professores/Diretores da ENA  
(2) Diretores/Funcionários do MA  
(3) Diretores da SNA.



É fundamental destacar que, dos 103 nomes constantes da diretoria da SBA em todo o período, mesmo considerando-se que alguns se repetem em vários cargos em constante revezamento, 42% provinham da **direção da Escola Nacional de Agronomia**. Além disso, 54,3% dos diretores da entidade ocupavam cargos do **primeiro escalão no Ministério da Agricultura**, conferindo à SBA uma posição de profunda imbricação junto à sociedade política brasileira do período .

Completando esta rede de agentes e agencias sociais afins, destaca-se o fato de que 58 dos 103 diretores da Sociedade Brasileira da Agronomia constantes do Quadro I (ou seja, 56,3% do total) pertenciam, simultaneamente, aos **quadros dirigentes da Sociedade Nacional de Agricultura**, tradicional “rival” da paulistana Sociedade Rural Brasileira, com quem disputava, desde inícios do século XX, a inserção de interesses junto ao Ministério da Agricultura <sup>11</sup>. Neste sentido os casos mais emblemáticos são aqueles dirigentes que acumulavam as funções de diretores da **Sociedade Brasileira de Agronomia**, diretores da **Escola Nacional de Agronomia**, funcionários do **Ministério e dirigentes da Sociedade Nacional de Agricultura**, ao mesmo tempo <sup>12</sup>.

Outros exemplos notórios são os de Bemvindo Novais - que além de Professor foi também Diretor da ENA; Waldemar Raythe Queiroz – Diretor da ENA entre 1941-1943, Reitor da Universidade Rural de 1944 a 1947 e, ao mesmo tempo, Diretor do CNEPA; Romolo Cavina – professor da Escola e Diretor do Serviço Social Rural do Ministério na década de 1940; Djalma Guilherme de Almeida - diretor do Serviço do Serviço de Silvicultura do Ministério; Jefferson Firth Rangel, professor da Escola e Diretor do Serviço de Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura; Joaquim Bertino Moraes de Carvalho – professor da ENA e Diretor do Serviço Nacional de Óleos do MA; Fábio Luz Filho – Docente da Escola, Diretor do Serviço de Economia Rural e do Serviço de Extensão Rural do Ministério nas décadas de 1930 e 40; José Eurico Dias Martins – Docente da Escola e Diretor do Serviço Florestal de fins dos anos 30 a meados dos anos 40; Jayme Fernandes – diretor do Instituto de Ecologia do

---

<sup>11</sup> Isto significava, na prática, a ascendência sobre a definição dos rumos da política agrícola nacional. Nunca é demais recordar ter sido a SNA responsável, ainda em fins do século XIX, pela recriação do Ministério da Agricultura no ano de 1909, cujos quadros integrou e, em grande medida, monopolizou até o Estado Novo. MENDONÇA, *op. cit.* 1997.

<sup>12</sup> Destacou-se nessa posição o nome de Arthur Torres Filho - docente e Diretor da Escola, Reitor da Universidade Rural e Presidente da SNA de 1931 até 1955, quando foi substituído no cargo por seu irmão, Antônio Magarinos Torres, também diretor de um dos três órgãos máximos do Ministério, o Departamento Nacional da Produção Vegetal na década de 40.

Ministério nos anos 40 e 50; Jalmirez Guimarães – Diretor do Departamento de Defesa Vegetal de fins da década de 40 a meados da de 1950, além de Antônio Magarinos Torres – Diretor do Departamento Nacional da Produção Vegetal de 1942 a 1950; dentre outros <sup>13</sup> .

A profunda integração de quadros acima demonstrada respalda o fato de que a atuação política da entidade nacional dos agrônomos se tenha agrupado junto a **três vertentes**: 1) campanhas em prol da defesa e ampliação do espaço profissional do agrônomo; 2) campanhas voltadas à fiscalização do exercício da profissão, preservando-a da concorrência de outros profissionais num estrito mercado de trabalho e, finalmente, 3) campanhas destinadas a ampliar o quadro de associados da agremiação.

Dentre as primeiras, destacaram-se as práticas de severa vigilância exercida pela Sociedade junto aos mais variados órgãos do aparelho de Estado, em âmbito federal, visando expandir o mercado de trabalho para o agrônomo, tais como Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, Secretarias Estaduais de Agricultura ou mesmo Ministério da Guerra. Dentre tais práticas destacaram-se, por exemplo: o pleito pela incorporação dos agrônomos nas atividades de peritagem agrícola da recém-criada Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil <sup>14</sup> e a campanha contra a presidência da Caixa Econômica Federal questionando o fato de que

*“(...) dentre os avaliadores dessa Caixa nenhum engenheiro agrônomo ou agrônomo houvesse para os processos de determinação do valor locativo e venal das propriedades rurais, suas instalações, utensílios e máquinas agrícolas, sementes plantas e colheitas pendentes, para fins de crédito”* <sup>15</sup>

Também junto ao Ministério da Guerra a SBA encaminhou pleito para que se desse preferência aos agrônomos - na qualidade de estagiários e mesmo profissionais – no preenchimento de postos afetos à zootecnia, fitotecnia e economia rural, mormente diante do quadro atravessado pelo país junto à II Grande Guerra <sup>16</sup>. Coube também à Sociedade a iniciativa de liderar o vitorioso projeto da obrigatoriedade do registro da totalidade dos diplomas em Agronomia junto a um único órgão, o Ministério da Agricultura, de modo a padronizar os procedimentos de investidura e valorização

<sup>13</sup> *Boletim do Ministério da Agricultura, passim*

<sup>14</sup> *RSBA*, vol. I, no 3, Março, pp. 231-33

<sup>15</sup> *RSBA*, no 5, Junho, 1937, p. 194.

<sup>16</sup> *BSBA*, vol. VI, no 4, 1943, dez, pp. 350-51).

simbólica desses certificados em âmbito nacional, conforme já mencionado anteriormente<sup>17</sup>.

No tocante à fiscalização do exercício profissional em todo o país a SBA iniciou, em 1935, campanha para que esta tarefa fosse atribuída aos recém-criados Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura (CREAs) o que, além de facilitar e padronizar critérios de verificação da prática legal da profissão, ampliaria o prestígio social do agrônomo que, a despeito de ser, na maioria das vezes, um engenheiro, era percebido pela categoria mais abrangente como um profissional “menor” em função da ambigüidade inerente à sua formação, isto é, enquanto detentor de um saber teórico e outro prático<sup>18</sup>.

Em inúmeras ocasiões a diretoria da SBA enviaria ofícios à presidência da República, protestando contra a nomeação de profissionais para cargos que julgava destinados a agrônomos, sendo ela bem sucedida em muitas delas, como no caso do questionamento do próprio Ministério da Agricultura quando da nomeação de um engenheiro civil para a diretoria do Serviço de Irrigação e Colonização<sup>19</sup>.

Outra prioridade da SBA residiu – e dificilmente poderia deixar de sê-lo – na defesa do ensino superior agrônômico nos moldes da Escola do Rio de Janeiro. Quando no ano de 1937 cogitou-se da possibilidade de transferir a Escola Nacional de Agronomia para a alçada do Ministério da Educação e Saúde – a pedido do ministro Capanema - a Sociedade promoveu intensa mobilização contrária à medida, empenhando seu apoio à Congregação da Escola. Uma vez mais recorreu ao próprio presidente da República para impedir “... *a troca dos indiscutíveis e reais cuidados de filho único do Ministério da Agricultura pelos de um novo preceptor, assoberbado com os encargos de sua própria e numerosa família*”<sup>20</sup>. De novo a Sociedade sairia vitoriosa, com o concurso das demais agremiações delegadas.

A militância da Sociedade em defesa do ensino agrônômico nos moldes ministrados pela ENA pode ser igualmente ilustrada pela campanha que encetou, em

---

<sup>17</sup> O motor político principal desta campanha consistiu na concorrência movida à SBA pelo Sindicato Agrônômico de São Paulo e pela Escola de Agronomia de Piracicaba que facultavam o registro do diploma de seus formandos junto à Secretaria Estadual de Agricultura, numa tentativa de contrapor-se à política centralizadora e nacionalizante esboçada pelo Ministério da Agricultura no pós-30. Sobre esta ver MENDONÇA, Sonia Regina de *op. cit.*, 1999 -b.

<sup>18</sup> *RSBA*, vol. I, no 1, set., 1937.

<sup>19</sup> *RSBA*, no 2, Dez., 1937, p. 180).

<sup>20</sup> *RSBA*, mar., no. 5, 1938, p. 188.

conjunto com a Sociedade Nacional de Agricultura, para que fossem criados junto ao Ministério da Agricultura, os Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização (CAEs), destinados a reciclar, permanentemente, os funcionários lotados como efetivos na Pasta.

Corroborando seu papel dirigente da categoria, a SBA também fez inaugurar, junto ao Ministério da Agricultura, o ensino agrícola por radiodifusão <sup>21</sup>, estendendo a propaganda das ditas “modernas práticas” da agricultura – e da própria entidade – a todo o tipo de produtores rurais, dos mais afastados rincões do país. A contra-hegemonia da SBA ganhava, assim, um novo instrumento de sua consolidação.

Em finais da década de 1950, a luta política da SBA adquiriria novos contornos, voltando-se para a defesa da implantação de dois novos organismos do Estado no país: o Serviço Social Rural e o Extensionismo Rural. Vale lembrar que tais campanhas justificavam-se, do ponto de vista dos quadros diretores da entidade, em decorrência do lugar subalterno atribuído à Agricultura pelas dotações do Plano de Metas da gestão Kubitschek, depreendendo-se da leitura das Revistas da Sociedade, que estas novas demandas consistiam numa resposta da agremiação em luta pela abertura de novas frentes de trabalho para o agrônomo, único agente representado como capaz de promover o “*reerguimento da agricultura brasileira*” <sup>22</sup>.

Essas mesmas demandas, no entanto, podem ser lidas a partir de seu reverso, o qual fica mais claro se confrontarmos uma conjuntura específica tão marcada por mobilizações sociais no campo - capitaneadas pelas Ligas Camponesas - como aquela compreendida pelo último biênio da gestão JK (MEDEIROS, 1989). Neste sentido, tanto o Extensionismo, quanto o Serviço Social Rural, nos moldes propostos pela SBA, revelam seu efetivo papel: o de neutralizadores dos conflitos sociais, contrapondo-se à reforma agrária defendida pelos trabalhadores rurais de todo o país, mormente no Nordeste.

Logo, a análise combinada das variáveis “Composição de Quadros” e “Demandas e Campanhas”, permite visualizar a Sociedade Brasileira de Agronomia, bem como o próprio Ministério da Agricultura, como uma espécie de desdobramento da Sociedade Nacional de Agricultura no âmbito da própria sociedade civil do período focalizado.

---

<sup>21</sup> *BSBA*, Vol. VI, no 4, Dez., 1943

O contraponto à SBA foi o **Sindicato Agrônomo do Estado de São Paulo** (SAESP) transformado, a partir de 1944, em **Sociedade Paulista de Agronomia** (SPA). Criado dez anos após a SBA, o Sindicato definia como sua principal finalidade agremiar os profissionais em **âmbito regional**, dando a conhecer “*as atividades realizadas pela agremiação aos associados das regiões mais distantes do Estado*” para o que contava com quatro Departamentos especializados, cada um com sede própria em espaços diferenciados. Eram eles o Departamento de Assistência Social, o de Publicidade, o Técnico-Científico e o Jurídico.

O primeiro, sediado em Piracicaba, contava dentre seus participantes apenas com **docentes** da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ). O Departamento de Publicidade, sediado em Campinas, foi dirigido por Alcides Di Paravicini Torres, diretor da Escola entre 1941 e 1945, enquanto o Departamento Jurídico, por sua vez, demonstrava a **íntima relação existente entre a fração paulista da classe dominante agro-industrial, sua Escola e sua Entidade sindical**, já que funcionava na própria sede da *Sociedade Rural Brasileira*, capital do Estado, sob a direção de Marcílio Campos Penteado.<sup>23</sup>

Enquadrado dentro da estrutura verticalizada do sindicalismo oficial tutelado pelo Estado o SAESP seguiu, desde sua fundação em 1937, as prescrições emanadas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, contando sempre com a presença, nas assembleias ordinárias anuais, do Inspetor Regional da Pasta. A integração orgânica entre os quadros do Sindicato e os da Escola de Agronomia de Piracicaba (ESALQ) pode ser ilustrada, ademais, pelo fato de terem sido as próprias instalações da Escola a primeira sede da entidade agrônoma que, além disso, contou com Antônio Corrêa Meyer – diretor da Escola Luiz de Queiroz - como seu primeiro presidente. O Quadro II, a seguir, é uma auto-evidência do que aqui está sinalizado.

---

<sup>22</sup> BSBA, Vol. XIII, Nos 1 a 4, Jan. – Abril, 1959, p. 73.

<sup>23</sup> Boletim do SAESP (BSAESP), no 1, mar-abr., 1938, p. 76).

**QUADRO II**  
**SINDICATO AGRONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO: DIRETORIAS**  
**(1936 – 1944).**

Anos	Cargos	Ocupantes
1936-38	Presidente Secretário Tesoureiro Conselho Fiscal	Antônio Corrêa Meyer (1) (2) Alcides di Paravicini Torres (1) (2) Luís Silveira Pedreira (1) Armando Santos Leal; Philippe Westin Vasconcellos (1) (2) e Francisco Ratto (1)
1938-40	Presidente Secretário Tesoureiro Conselho Fiscal	Alcides di Paravicini Torres (1) (2) Antônio Rodrigues Filho André Tosello (1) Antônio C. Meyer (1) (2); José Campos Toledo e Philippe Westin Vasconcellos (1) (2)
1940-42	Presidente Secretário Tesoureiro Conselho Fiscal	Philippe Westin Vasconcelos (1) (2) Walter Ramos Jardim (1) (2) André Tosello (1) Francisco Ratto (1), Luís Teixeira Mendes (1) e Silvio Tricanico (1)
1942-44	DADOS NÃO DISPONÍVEIS	DADOS NÃO DISPONÍVEIS

**FONTE:** *Boletim do Sindicato Agrônomo do Estado de São Paulo* (1937-43).

**LEGENDA:** (1) Professor da ESALQ  
(2) Diretor ou ex-Diretor da ESALQ..

O primeiro aspecto que chama a atenção no Quadro é a profunda imbricação dos dirigentes do Sindicato Agrônomo com o corpo docente da Escola Superior Luiz de Queiroz, sendo que sua maioria absoluta compunha-se de docentes da Escola (89%). Tal afirmativa é ainda mais referendada caso se considere o percentual de ex-diretores da Escola junto aos postos mais importantes da associação sindical. Igualmente expressiva é a rotação de membros entre os cargos da Diretoria, configurando-se uma espécie de “dança das cadeiras”, onde os nomes alternavam-se nos postos, pouco abrindo-se a novos dirigentes. Pode-se tomar por exemplo o caso de Philippe Westin de Vasconcellos que, além de catedrático da ESALQ, integrou o Conselho Fiscal do Sindicato entre 1936-1940, tornando-se seu Presidente em 1940-42. Situação similar ocorreria com Alcides Di Paravicini Torres (ex-Diretor da ESALQ) e Francisco Ratto.

A despeito disso, a trajetória do SAESP foi marcada por uma sucessão de crises, iniciadas desde sua fundação <sup>24</sup>. As tensões internas à instituição agudizaram-se em 1940 quando da convocação de uma Assembléia Extraordinária visando aprovar a “...*adaptação do sindicato às leis vigentes*”, isto é, o estabelecimento e cobrança do Imposto Sindical (100\$000 anuais), tornando fatalmente a agremiação plenamente enquadrada às estruturas do corporativismo sindical varguista. Aos veementes protestos iniciais dos associados a Diretoria respondeu através de consulta direta ao Ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, indagando sobre a possibilidade ou não do funcionário público - em verdade, o caso da esmagadora maioria dos quadros da entidade - sindicalizar-se <sup>25</sup>, o que mereceu resposta negativa.

Somente em 1944 se amainariam as tensões entre os quadros do Sindicato e sua cúpula, mediante sua substituição por uma nova entidade: a **Sociedade Paulista de Agronomia** (SPA). Desta vez a agremiação dos agrônomos paulistas adotaria o estatuto formal de associação - não mais sindicato - de modo a poder contar com uma tutela organizacional menos rigorosa que a anterior, podendo, ademais, agremiar servidores públicos e integrar organizações internacionais, o que era vedado às entidades sindicais.

Ambas as entidades contaram com periódicos: o *Boletim* do SAESP e, a partir de 1944, a revista *São Paulo Agrícola*, ambas diferentes da publicação congênere oriunda da Sociedade Brasileira de Agronomia, pelo fato de voltarem-se com exclusividade para a divulgação das realizações e atividades da Sociedade e não para a difusão de matérias científicas ou acadêmicas. Estas, quando existiam, possuíam teor bem distinto do periódico da SBA, centrando-se num elenco de questões tão reduzido quanto incisivo e fundamentalmente voltado para a **industrialização da agricultura**, através de matérias de divulgação das vantagens da mecanização agrícola (25,6 % dos artigos) em geral e da produção nacional de tratores (19,2% do total), em particular. Nada sequer próximo de preocupações com o combate a pragas, a citricultura ou ainda as fibras, demonstrando que os eixos articuladores das práticas da entidade carioca, como a diversificação agrícola, ocuparam lugar absolutamente desimportante nas publicações da agência paulista <sup>26</sup>, ainda

---

<sup>24</sup> BSAESP, No 1, 1938, pp. 94-5).

<sup>25</sup> BSAESP, no 10, dez, 140, p. 3).

<sup>26</sup> Igualmente por contraste, no entanto, o café, que pouco freqüentou as páginas da Revista da entidade nacional, respondeu, no caso da entidade paulista, por cerca de 16,7% do total de artigos publicados, sendo ainda matéria de preocupação constante dos grandes proprietários paulistas.

que partilhasse da grande causa unificadora de todas as entidades da categoria, i.e., a valorização profissional e política do agrônomo.

Exemplo desta afirmativa encontra-se no editorial publicado no número 7 do *Boletim* onde a Diretoria, ao tratar de um novo projeto de reforma do ensino agrícola em discussão no Conselho Federal de Comércio Exterior, afirmava que

*“Até há pouco o agrônomo não encontrava trabalho condizente com sua profissão. (...). Ora aceitavam trabalhos de agrimensor, ou enveredavam pela engenharia rural. E - porquê não confessarmos? O agrônomo era tratado com certo desprezo pelos colegas dos outros ramos de engenharia. O atual ministro da Agricultura compreendeu o relevante papel que o agrônomo terá que desempenhar no país.”<sup>27</sup>.*

Somente em finais da década de 1950 a atuação da Sociedade Paulista de Agronomia se tornaria menos centrada nas questões e problemas especificamente regionais da categoria, passando a defendê-la em âmbito nacional, vindo a ocupar uma trincheira política até então preenchida SBA. Esta achava-se envolvida desde inícios dos anos 1960 – quando da posse e renúncia do presidente Jânio Quadros - em lançar o agrônomo como elemento neutralizador da conjuntura explosiva vigente no campo em todo o país.

Assim a partir de 1958, as problemáticas abordadas por *São Paulo Agrícola* tornaram-se direcionadas a todo o conjunto de profissionais da área, prevalecendo três delas: a) o zelo na regulamentação, fiscalização e valorização da profissão agrônômica, mediante a reivindicação da renovação das leis que a regiam (ainda sob a vigência do Decreto lei de 1933); b) a pressão junto aos organismos de Estado - sobretudo em âmbito federal - pela valorização da profissão em geral, representada pela entidade como uma categoria “em crise”, a disputar mercado de trabalho, sobretudo, com os engenheiros e, finalmente, c) a mecanização da agricultura, mormente no tocante à difusão da tratorização e ao papel do agrônomo junto ao tema, o que seria consolidado mediante a participação de representantes seus junto ao GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística), criado na gestão JK.

Uma das estratégias adotadas pela SPA visando atrair a atenção dos poderes constituídos para os problemas profissionais da categoria foi a criação, em 1959, do

---

<sup>27</sup> BSAESP, no 7, 1939, pp. 243. Grifos SRM. BSAESP, no 7, 1939, pp. 243. Grifos SRM. Nunca é demais destacar que o “atual ministro” aludido na citada não era outro senão o já citado Fernando Costa, o primeiro paulista a ocupar a Pasta da Agricultura desde 1913, quando a Sociedade Nacional de



“Dia do Agrônomo” (13 de Setembro), tornado parte integrante de uma campanha bem mais ampla, denominada “A *Revolução Agrária e o engenheiro-agrônomo*”<sup>28</sup>. As comemorações em torno da nova data tornaram-se, doravante, pretextos para as grandes reuniões patrocinadas pela SPA com o fito de promover o debate político em torno da mais candente problemática do momento: a questão agrária e o papel a ser desempenhado pelo agrônomo em sua “solução” Segundo editorial da revista,

*“Temos que colocar-nos à altura das crescentes exigências do novo Brasil, que abre caminhos para sua total emancipação. Reorganizem-se, pois, o Ministério e as Secretarias de Agricultura, levando-se em conta a missão técnica, econômica e social do profissional. Criem-se novas escolas de agronomia e ampliem-se as existentes pois precisamos de mais engenheiros-agrônomo. Coloque-se em primeiro plano o problema agrário, porque a produção agrícola continuará sendo a base de nosso fortalecimento”*<sup>29</sup>.

Em verdade, o Plano de Metas deixara dois pesados “saldos” – fardos - para a agricultura brasileira. Por um lado, seu impacto absolutamente insignificante junto ao setor<sup>30</sup> e, por outro, a valorização de um novo profissional então emergente como quadro técnico privilegiado das agências do Estado, o economista<sup>31</sup>.

Neste sentido, as matérias do periódico da SPA tornaram-se politicamente mais combativas na defesa de postos para o agrônomo, sendo responsabilizado o próprio Ministério da Agricultura por tal situação crítica, já que ele “*deveria ter sido o maior empregador de agrônomo no país sem, entretanto, tê-lo conseguido*”<sup>32</sup>. A solução da assim chamada “crise da agronomia” teve por base a criação dos “agrônomo regionais”, definidos como os “conselheiros técnicos” imprescindíveis a cada “moderno produtor rural”. No caso de São Paulo, os agrônomo regionais foram rapidamente transformados pelo Secretário de Agricultura, José Bonifácio Nogueira, em Diretores Regionais da Sociedade Paulista de Agronomia, institucionalizando-se crescentemente não apenas a agremiação profissional, mas também seu poder e prestígio político regional<sup>33</sup>.

---

Agricultura passou a monopolizar o preenchimento do cargo, bem como o controle sobre o Ministério.

<sup>28</sup> *São Paulo Agrícola*, 8, ago., 1959, p. 10).

<sup>29</sup> *São Paulo Agrícola*, no 20, Ago. 1960, p. 17 Grifos SRM.

<sup>30</sup> MARANHÃO, Ricardo. *O Governo Juscelino Kubitschek*. SP, Brasiliense, 1981.

<sup>31</sup> LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no Governo*. RJ, FGV, 1997.

<sup>32</sup> *São Paulo Agrícola*, no 1, set., 1961, p. 20.

<sup>33</sup> *São Paulo Agrícola*, no 31, julho, 1961, p.6.

Já a implantação no país de indústrias de tratores e demais insumos mecânicos para a agricultura, adquiriu relevo nas páginas da revista da Sociedade Paulista de Agronomia a partir do momento em que Sidney Lattini, Secretário do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), convidou representante da entidade para integrá-lo <sup>34</sup>, num claro demonstrativo do prestígio político da agremiação. Em contrapartida esta última apoiaria, neste mesmo mês, o lançamento do Plano de Ação do Departamento Estadual do Ministério da Agricultura que estabelecia “*a criação de facilidades para aquela indústria, a exemplo do que vem fazendo em relação à de automóveis*”. Dentre elas destacava-se o privilegiamento cambial e tarifário a projetos de fabricação de tratores que estimulassem a indústria nacional de implementos agrícolas <sup>35</sup>, prenunciando a “modernização da agricultura” que viria a ser perpetrada pelos governos militares do pós-64.

Reforçando seu programa, a Sociedade Paulista obteve a parceria da Secretaria de Agricultura para a realização conjunta do *I Simpósio sobre Fabricação do Trator*, ocorrido na cidade de São Paulo em novembro de 1959, sob a presidência do governador do estado, Carvalho Pinto e contando com a participação do Diretor do BNDE/GEIMAPE <sup>36</sup>, Lúcio Meira; do Secretário do GEIA, acima mencionado; do Presidente do Sindicato da Indústria de Peças do Estado de São Paulo, além do Secretário de agricultura do Estado, José Bonifácio Coutinho Nogueira. Note-se que toda mobilização encabeçada pela Sociedade Paulista dirigia-se a causas de “interesse geral” da categoria profissional, porém **eram organizadas**, via de regra, **em moldes estritamente regionalistas** de atuação, sem convites ou chamamentos a colegas de entidades congêneres de outros estados

No tocante a seus quadros dirigentes, a SPA revelou grandes diferenças tanto em relação à sua antecessora – o SAESP – quanto em relação à entidade congênere do Rio de Janeiro. Assim, enquanto na Sociedade Brasileira de Agronomia preponderou um perfil-padrão de seus diretores, basicamente integrados pelos que eram, ao mesmo tempo, diretores da ENA; altos funcionários do Ministério da Agricultura e dirigentes da SNA, na cúpula da agremiação paulista desenhou-se outro contorno, como pode ser inferido do Quadro III, a seguir.

<sup>34</sup> *São Paulo Agrícola*, no 10, out., 1959, p. 64.

<sup>35</sup> *São Paulo Agrícola*, *Id. Ibid.* pp. 67-8

<sup>36</sup> GEIMAPE – Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada.

**QUADRO III****SOCIEDADE PAULISTA DE AGRONOMIA: DIRETORIAS (1945-1961)**

<b>ANOS</b>	<b>CARGOS</b>	<b>OCUPANTES</b>
1944-45	Presidente Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro Conselho Fiscal	Arnaldo Camargo Ismar Ramos Luiz Aristeu Nucci Jorge Bierrenbach de Castro Walter Lazzarini Oswaldo Silveira Neves Cassiano G. Reis, Armando Navarro Andrade (2); Walter Ramos Jardim (1).
1946-47	Presidente Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro Conselho Fiscal	Lineu de Souza Dias (1) Carlos Krug (1) Antônio Teixeira Mendes (1) Oswaldo S. Neves Ciro Corte Brilho Otacílio F. Souza Walter Ramos Jardim (1); Joaquim Ferraz Amaral e Herculano Godoy (1).
1948-49	Presidente Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro Conselho Fiscal	Walter Ramos Jardim (1) Otacílio F. de Souza Oswaldo Bachi Celso Ferraz Angelo Paes de Camargo (1) Rafael Munhoz Ruiz Coaracy Franco; Jacob Bergamin (1) e João Q. Marques
1950-51	Presidente Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro Conselho Fiscal	José Viziolli (1) João Abramides Neto (1) José Elias Paiva Neto (1) Helmut Krug (1) Ciro Corte Brilho Helcio Falanghe (1) Jacob Bergamin (1); Olavo Boock e Otávio Galli (1)
1952-53	Presidente Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro Conselho Fiscal	Helmut Krug (1) Jacob Bergamin (1) João Q. Marques Olavo Boock Otávio Galli (1) Laerte Ramos de Moura (1) José Viziolli (1); José Elias Paiva Neto (1) e Walter Ramos Jardim (1)
1953-54	Presidente Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro Conselho Fiscal	Walter Ramos Jardim (1) José Viziolli (1) João Q. Marques Carlos Alves Seixas Osiris Tolaine Ciro Albuquerque Laerte Ramos de Moura (1); Helmut Krug (1) e Orlando Lacava

1955-57	NÃO HÁ DADOS	NÃO HÁ DADOS
1958-59	Presidente Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro Conselho Fiscal	Laerte Ramos de Moura (1) Carlos Alves Seixas Osiris Tolaine Geraldo Leme da Rocha Alberto Alves Santiago Orlando Lacava Ciro Albuquerque, Fernando Costa Filho, José M. Francesco.
1960-1961	Presidente 1º Vice 2º Vice 3º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Laerte Ramos de Moura (1) Alceu Osias Martins (1) Rubens Clausell Herculano Godoy Passos (1) Raul Guterrez Soares (1) Luiz Paulino Neto Osiris Tolaine Jardel Melo Rocha Augusto Prado, Domingos Puzzi, Marino Berzaghi

**FONTES:** *Boletim da Sociedade Paulista de Agronomia e São Paulo Agrícola* (1944 – 1961).

**LEGENDA:** (1) Docente da ESALQ

(2) Funcionário do Ministério da Agricultura.

Não é difícil perceber que o perfil dos quadros dirigentes da Sociedade assentou-se, sobretudo, numa significativa participação de docentes da ESALQ, chegando a responder por 44,6% de seu total. Diferentemente da entidade nacional, no entanto, inexistiram diretores da Paulista que tivessem ocupado algum cargo no Ministério da Agricultura. Ainda aqui, outra distinção: a ausência de diretores da Escola de Piracicaba no alto escalão da entidade agrônômica, à exceção de apenas um, o professor Walter Ramos Jardim (diretor da ESALQ em 1957-58), ao passo que na SBA, boa parte de seus presidentes eram diretores da Escola Nacional de Agronomia e até mesmo reitores da Universidade Rural do Rio de Janeiro. Chama também a atenção o fato de não se ter localizado junto à diretoria da Paulista de Agronomia nenhum dirigente da Sociedade Rural Brasileira, divergindo bastante da sólida interconexão verificada, na entidade nacional, entre a Sociedade Brasileira de Agronomia e Sociedade Nacional de Agricultura, o que conduz, necessariamente, a algumas conjecturas.

Por um lado, seria lícito supor uma “menor vinculação orgânica” entre a grande burguesia agro-industrial paulista e os intelectuais que a representavam, configurando um padrão distinto do encontrado na Sociedade Brasileira de Agronomia, onde a “triangulação” Escola/Entidade de Classe/Sociedade Política deu-se de forma

absolutamente sintonizada. Por outro lado, considerando que a ESALQ destinava-se à formação de agrônomos/proprietários é patente que, no caso paulista, estes profissionais se tenham definido, antes de tudo, como integrantes da grande burguesia agro-industrial, num típico caso onde a dimensão de classe sobredeterminaria a dimensão escolar/profissional. Neste caso, para os agrônomos paulistas, a intermediação de uma entidade profissional como porta-voz de classe tornava-se menos estratégica do que o era, por exemplo, para os agrônomos diplomados pela Escola Nacional de Agronomia, em sua grande maioria oriundos de setores médios urbanos e dependentes do diploma como instrumento de ascensão político-social.

Dito de outra maneira é possível concluir que a relação entre Saber, Poder e Reprodução Social, no caso das instituições do Rio de Janeiro – Escola Nacional de Agronomia, Sociedade Nacional de Agricultura e Sociedade Brasileira de Agronomia – encontrou-se mais organicamente inscrita junto aos aparelhos do Estado Nacional do que no caso das agremiações paulistas. Para estas, era o poder econômico dos próprios associados quem se impunha como instrumento minimizador da necessidade de mediação política de intelectuais orgânicos, escolarmente socializados.

### FONTES E BIBLIOGRAFIA CITADAS

- BRASIL. Ministério da Agricultura. Escola Nacional de Agronomia. *Catálogo de Diplomados*. RJ, 2<sup>a</sup> ed., 1960.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Escola Nacional de Agronomia. *Boletim* (1938-61).
- LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no Governo*. RJ, FGV, 1997.
- MARANHÃO, Ricardo. *O Governo Juscelino Kubitschek*. SP, Brasiliense, 1981.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Agronomia e Poder no Brasil*, RJ, Vício de Leitura, 1999 – b.
- \_\_\_\_\_. *Agronomia, Poder e Estado no Brasil (1933-1961)*. Relatório Final de Pesquisa ao CNPq, 1999-a.
- \_\_\_\_\_. “Estado, Agricultura e Sociedade no Brasil da primeira metade do século XX”. In: BLACHA, Noemi & VALENCIA, Marta (orgs.). *Agro, Tierra y Política*. La Plata, Editorial de UNLP, 1998, pp. 131-163, p.98.
- SINDICATO AGRONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Boletim*. 1937 a 1944.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE AGRONOMIA. *Boletim*. RJ, 1929-1961.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE AGRONOMIA. *Estatutos*. RJ, 1928 e 1939.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE AGRONOMIA. *Revista*. RJ, 1929-1961.

SOCIEDADE PAULISTA DE AGRONOMIA. *São Paulo Agrícola*. SP, 1949-1961.

## **RESUMO**

O trabalho visa uma análise comparada dos projetos para a agricultura brasileira veiculados por duas entidades de profissionais de agronomia no Brasil entre 1930 e 1961: a Sociedade Brasileira de Agronomia (SBA) do Rio de Janeiro e a Sociedade Paulista de Agronomia (SPA). A pesquisa junto aos periódicos das agremiações fornece dados sobre as campanhas promovidas por cada uma delas, bem como permite reconstituir seus quadros dirigentes como instrumento capaz de dar inteligibilidade aos distintos projetos divulgados. Assim, enquanto os dirigentes da SBA – simultaneamente diplomados pela Escola Nacional de Agronomia, funcionários do Ministério da Agricultura e diretores da Sociedade Nacional de Agricultura - defendiam o incentivo estatal à diversificação produtiva, defesa sanitária vegetal e padronização de novos produtos agrícolas voltados à exportação, os agrônomos da SPA, mais diretamente articulados à grande burguesia agroindustrial paulista, independentemente de sua procedência escolar, propugnavam claramente, já na década de 1940, a industrialização da agricultura, mediante a propaganda do uso intensivo de insumos e a enfática defesa da implantação da indústria de tratores no país.

## **PALAVRAS-CHAVE:**

- Estado
- Agrônomos
- Sociedade Brasileira de Agronomia
- Sociedade Paulista de Agronomia